

Falando de Direito

Boletim Informativo da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos
Margarida Maria Alves

Ano 3 - n.º 10 - outubro, novembro e dezembro de 2006

Depois da lei da redução

Custas ainda são as mais altas do Brasil

Diógenes de Luna

As custas judiciais cobradas na Paraíba ainda são as mais caras do Brasil. Mesmo com a lei que deveria reduzi-las, sancionada no dia 24 de julho deste ano, a população continua pagando muito caro para reivindicar um direito. As custas sobre ações de separação e divórcio, por exemplo, não sofreram redução alguma, mas estão entre as mais reivindicadas no judiciário pela população paraibana de baixa renda.

Para o professor de Direito Leopoldo Viana, a Paraíba, que concentra o maior número de municípios com menor Produto Interno Bruto na região Nordeste e possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil, cobra muito caro pelo acesso à justiça. “Mesmo que a redução das custas tenha acontecido, elas ainda são uma das maiores do país sob o aspecto absoluto; considerando que a Paraíba é um Estado pobre, o valor das custas é gigantesco”, reitera.

Reais alterações nas custas judiciais só ocorreram em ações

comumente ajuizadas por quem possui maior renda. Em uma ação de embargo de terceiro, por exemplo, cujo valor da causa seja de R\$ 150 mil, as custas passaram de R\$ 12.486,00 para valer R\$ 74,71, incentivando o ajuizamento de ações deste tipo. “Antes o terceiro que tinha seu direito ameaçado não entrava com a ação por causa das custas altas”, exemplifica a juíza Anna Izabella Chaves. Ela lembra que ações deste tipo são comuns e acontecem quando uma terceira pessoa fora da relação jurídica entre outras duas tem o seu direito ameaçado.

Por outro lado, cada ação de alimentos custa ao Poder Judiciário paraibano 5 Unidades Fiscais de Referência (UFR'S), ou R\$124,85, de acordo com a cotação da URF de setembro. O benefício da redução não beneficiou efetivamente a população, como avalia a advogada Cândida Magalhães. “Principalmente a população de baixa renda, que sempre reivindica ações como pensão alimentícia, divórcio e separação, continuará com esta barreira

financeira entre seus direitos e o valor da manutenção do judiciário”, afirma a advogada. Ela também defende a gratuidade da assistência judiciária para os cidadãos.

As ações mais ajuizadas pelas pessoas de baixa renda na Paraíba são as de cobrança, alimentos, execuções, ações imobiliárias e separação e divórcio. “Geralmente para estas ações consegue-se o benefício da justiça gratuita”, afirma a advogada Socorro Praxedes. Ela lembra que nunca teve um pedido da justiça gratuita negado pelo judiciário paraibano.

Justiça gratuita – Em algumas ações, o o valor das custas não é cobrado. “As custas judiciais de ações de alimentos, por exemplo, geralmente não são cobradas”, explica Anna Izabella.

A gratuidade de acesso ao judiciário é garantida pela Lei Federal 1.060 de 1950, que estabelece que os benefícios da lei são estendidos a todo brasileiro ou estrangeiro residente no Brasil “cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários do advogado sem prejuízo do sustento próprio da família”. O artigo 5º da Constituição Federal brasileira reitera este compromisso.

O benefício pode ser conseguido junto à Defensoria Pública e os advogados particulares também podem pedir a gratuidade. Vale lembrar que existem os Juizados Especiais, criados para atender causas de até 40 salários mínimos, ou seja, cerca de R\$ 14 mil. Neles, a população recebe a isenção das custas. (Continua na página 3)

Quanto custa seu direito? Valor das custas judiciais			
Ação	Valor da causa	Valor das custas antes da lei	Valor atual das custas
Embargo de terceiro	150.000,00	12.486,00	74,71
Busca e apreensão	20.000,00	1.926,44	1.548,50
Reintegração de posse	15.000,00	1.351,44	1.223,80
Ação ordinária de cobrança	30.000,00	3.076,44	2.010,63
Alvará em inventário	40.000,00	4.226,44	124,85
Precatória citatória estadual	60.000,00	1.126,09	Isento

A Fundação fala

Editorial

Nem sempre a verdade é aquela que aparenta. E muitas

Eleição Presidencial de 2006: Lula caminhando para a vitória?

Ítalo Fittipaldi

Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Paraíba

“O indivíduo define seu voto de acordo com os ganhos que espera obter - ou que já obteve - com as políticas públicas produzidas.”

EXPEDIENTE

Falando DHireito é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro CEP: 58011-110, João Pessoa, PB. Tele-fax: 3221-3014 www.fundacaomargaridaalves.org.br fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br Jornalista responsável: Aline Oliveira (1963/PB) Reportagem e diagramação: Aline Oliveira, Diógenes de Luna e Julyana Alencar (voluntária) Fotos: arquivo da entidade Tiragem: 700 exemplares. Apoio: Cafod, Cordaid e Misereor Impressão: F&A Gráfica e Editora

Caro leitor, você também pode contribuir com a continuidade dos programas e projetos na defesa dos Direitos Humanos, promoção e exercício da cidadania, desenvolvidos pela Fundação, através de doações na **Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco** ou adquirindo nossos produtos.



Custas vão para Fundo

O valor das custas judiciais é destinado ao Fundo Especial do Poder Judiciário. É com ele que se constroem os prédios judiciários, as casas para os magistrados e se mantêm serviços administrativos.

Cândida Magalhães avalia que são as custas que bancam a riqueza do judiciário. "A receita para estes gastos deveria vir do Estado e não do povo", afirma.

Um exemplo da aplicação da verba das custas paga pelo povo é a construção do Fórum Cível Desembargador Souto Maior, na avenida João Machado, que após mais de um ano de inaugurado ainda continua sem funcionar.

A nova lei das custas prevê que do seu valor, 98% deve ser destinado ao Fundo Especial do Poder Judiciário e 2% para o Fundo de Apoio ao Registrador de Pessoas Naturais (Farpen).

Programação

Outubro

14 e 15 - Módulo de Direito Trabalhista e Previdenciário

Novembro

4 e 5 - Módulo de Direito Penal
18 e 19 - Encontro Nacional de Experiências em Capacitação Jurídico Popular

25 e 26 - Módulo de Direito Urbano e Política Urbana

Dezembro

7 - Formatura do Curso de Formação de Juristas Populares
10 - Dia Internacional dos Direitos Humanos



Fone: (83) 3222.7943



Diogenes de Luna

Paraíba tem um defensor público para cada 15,6 mil habitantes

Julyana Alencar

A Constituição brasileira prevê o direito à assistência jurídica integral gratuita a todas as pessoas que, porventura, não possuem condições financeiras para arcar com as despesas jurídicas. Isto está na Constituição, mas não é o que prevalece na Paraíba.

Atualmente a Defensoria Pública da Paraíba conta com 342 Defensores públicos, sendo 279 em exercício em todo o Estado. Porém 15% deles estão à disposição de outros órgãos, o que é ilegal, e 229 são defensores aposentados. De acordo com o coordenador jurídico da Defensoria, Manfredo Rosenstock, este tem sido o maior problema enfrentado pelo órgão nos últimos tempos. Ele afirma que há mais de 16 anos não há novos defensores e isto tem se agravado a cada ano, já que o número de processos aumenta e o de funcionários diminui devido à falta de profissionais concursados.

Alguns municípios não têm nenhum defensor público, fazendo com que as comarcas vizinhas tenham que comportar toda essa demanda e aglomerar processos, causando a demora dos seus resultados. Para suprir esta necessidade seria necessário um concurso público para 84 defensores públicos, mas o Ministério Público prevê, um máximo de 65 para que

se tenha um exercício regular.

Um outro problema que atinge a defensoria é a infra-estrutura precária. "Apesar de termos um bom prédio e de boa localização, só temos de três a quatro computadores para atender à demanda, geralmente os próprios defensores se vêm obrigados a comprarem seus computadores e materiais para poder trabalhar, além de que as salas são pequenas e não dispomos de uma biblioteca", afirma Manfredo Rosenstock.

Enquanto o concurso público não acontece, os 279 defensores públicos que estão espalhados pelas comarcas em todo o Estado, têm se redobrado para poder atender à população paraibana. De acordo com estatísticas de 2004, mais de 85% dos casos na Paraíba foram solucionados pela Defensoria Pública, um número significativo se comparado com o de defensores efetivos. Mesmo assim, a população continua sendo prejudicada com a demora para solucionar seus problemas jurídicos.

Para ser atendido pela Defensoria é necessário retirar uma ficha para atendimento das 7h às 7h30. Os atendimentos acontecem das 8h ao meio dia. Os processos atendidos serão encaminhados para a Vara responsável pelo caso. A partir daí, o defensor público daquela Vara se encarregará de toda a ação judicial.

Denúncia de esgoto tóxico

Poluição de rio compromete saúde em Manguinhos

Diógenes de Luna

A degradação do Rio do Meio vem causando danos à população da comunidade Maguinhos, em Bayeux. A comunidade denuncia que há esgoto tóxico sendo lançado no rio pela fábrica Cipatex, e com a água poluída, até os peixes do rio oferecem riscos à saúde da população.

O problema se agrava com o lançamento de esgotos, provenientes das casas dos moradores, e com o acúmulo de lixo nas margens do rio. O resultado é a morte gradativa daquele ecossistema e a disseminação de doenças na população. “Eu já estive doente. Tossia muito e chegava a expelir sangue. O médico disse que era alergia. Sempre que vem esse cheiro forte pelo rio, eu passo mal”, afirma Maria das Dores Rodrigues, moradora de Manguinhos. Ela se refere ao odor que exala por toda a comunidade quando, segundo ela, a Cipatex lança esgoto no rio. “Tenho até que botar um pano no rosto quando vem o mau cheiro”, complementa.

Alguns moradores, no entanto, comentam que ninguém adocece. É o que afirma Ana Maria da Silva Nascimento. “Meus filhos até brincam na beira do rio. E não tem cheiro ruim não”. Ana Maria confessa que é casada com um funcionário da Cipatex e todos os moradores entrevistados que são funcionários da fábrica defendem a mesma opinião.

José Aureliano Segundo, conta que já houve mobilização da comunidade para protestar contra o esgoto tóxico da fábrica. “Veio até a imprensa. Mobilizamos os moradores e fizemos debates com representantes de órgãos públicos e da Cipatex. O resultado foi que eles diminuíram o grau de poluição, mas não deixaram de poluir”, atesta.

A Cipatex afirma que pelo encanamento que segue da fábrica

até o rio corre apenas água da chuva e que nenhum esgoto se mistura. De acordo com a empresa, todo esgoto que ela produz é tratado dentro da própria fábrica. A fábrica possui

licença de operação concedido pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. (Ibama).



Esgoto - População denuncia fábrica, que garante só liberar água fluvial pelo cano



Poluição - Esgoto das casas e acúmulo de lixo nas margens do Rio do Meio

Ações penais em Santa Rita impedem andamento da ação de Forte Velho

Julyana Alencar

As trezentas pessoas envolvidas no processo de usucapião coletivo rural de Forte Velho, no município de Santa Rita, vão ter que esperar mais um pouco para terem, legalmente, a tão sonhada terra que eles ocupam há alguns anos. Toda essa demora é porque existem 50 ações de réus penais com pedido de recurso que, por serem de uma menor complexidade processual e necessitarem de uma maior urgência que o caso de Forte Velho, estão passadas à frente. O problema é gerado pelo fato de a Vara do município tratar tanto casos

civis como penais, ter número insuficiente de funcionários e outros 300 processos cíveis acumulados.

Outro fator para o atraso do processo é a fase das citações, onde as 300 pessoas envolvidas no processo deverão ser convocadas por meio de ofícios ou editais, para que sejam ouvidas pelo juiz, individualmente. Finalizada a parte de citação, todos os envolvidos serão notificados e, a partir disso, o juiz vai ouvir as alegações dos autores da ação, as contestações dos réus (os proprietários da terra) e só então o processo segue até o veredito do juiz. Toda esta burocracia não tem previsão de fim.

Sem infra-estrutura

Meio de transporte precário prejudica Forte Velho



Interdição - Trapiche está fora de funcionamento há meses

Diógenes de Luna

A precariedade no serviço de transportes que atende à comunidade de Forte Velho, localizada no município de Santa Rita, não preocupa os gestores públicos daquela cidade. O trapiche, único meio de saída dos barcos, esteve prestes a desabar. Ele foi interditado há mais de 90 dias pela Capitania dos Portos, mas a prefeitura local deixou de lado o problema. Graças a um ato público de protesto promovido pelos moradores no final de setembro, a Superintendência de Planejamento do Estado (Suplan) assumiu a reforma do ancoradouro.

O barco é o meio de transporte mais usado pela comunidade de Forte Velho. A vice-presidente da Associação de Moradores, Givanilda Gomes da Silva, relata esta realidade. “Cerca de 95% dos moradores usam a embarcação. São pessoas que trabalham fora daqui, além dos jovens que vão à escola, os que mais usam o barco”, afirma. O trapiche é fundamental para o tráfego desses passageiros. “Agora, com o trapiche interditado, somos forçados a enfiar o pé na lama para sair do barco”, protesta, lembrando que o barco que está fazendo o transporte além de menor do que o que já existia, ancora no mangue, no leito do Rio Paraíba, ao

lado do trapiche em obras.

Só existem dois acessos a Forte Velho: por água, atualmente feito por meio de um barquinho que comporta 25 pessoas por vez, ou por terra, em uma estrada de barro e esburacada, por onde trafega um ônibus duas vezes ao dia.

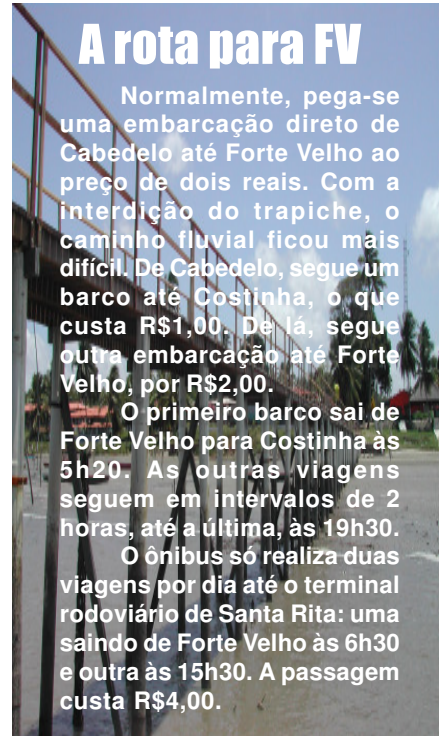
A situação prejudica também a educação das crianças. Givanilda comenta que à noite não circulam mais ônibus, impedindo o acesso das crianças à escola. “Os alunos que estudam à noite em Livramento, uma comunidade próxima daqui, estão sem ir para a aula”, reclama a líder.

Há dois anos a Capitania dos Portos vem questionando a segurança do local

Em 2004, a Capitania dos Portos inspecionou o local e constatou a falta de segurança que o trapiche apresentava à população. “Foi convocada uma reunião com representantes das prefeituras de Santa Rita, Lucena e Cabedelo e deliberado um prazo de 120 dias para reforma ou construção de um novo trapiche”, lembra Givanilda.

Como não houve compromisso com a deliberação da reunião, o trapiche ficou sem a obra. Em abril deste ano, a Capitania convocou nova reunião com as três prefeituras e deu um prazo de 60 dias para a reforma do ancoradouro. Nada foi feito e o local foi interditado.

A associação dos moradores de Forte Velho mobilizou toda a comunidade diante do fato. “Convocamos inclusive a imprensa e um parlamentar estadual que nos apoiou. A mobilização surtiu efeitos e quando estávamos em um programa de rádio, ao vivo, um representante da Suplan



A rota para FV

Normalmente, pega-se uma embarcação direto de Cabedelo até Forte Velho ao preço de dois reais. Com a interdição do trapiche, o caminho fluvial ficou mais difícil. De Cabedelo, segue um barco até Costinha, o que custa R\$1,00. De lá, segue outra embarcação até Forte Velho, por R\$2,00.

O primeiro barco sai de Forte Velho para Costinha às 5h20. As outras viagens seguem em intervalos de 2 horas, até a última, às 19h30.

O ônibus só realiza duas viagens por dia até o terminal rodoviário de Santa Rita: uma saindo de Forte Velho às 6h30 e outra às 15h30. A passagem custa R\$4,00.



Ameaça - Ferrugem ameaça a segurança

ligou para a rádio prometendo assumir a responsabilidade da obra”, explica Givanilda.

A obra compreende a reforma do trapiche, a iluminação do local e a pavimentação da estrada que dá acesso a ele. De acordo com o outdoor do Governo do Estado que estava próximo ao trapiche, R\$ 47.585,94 já foram investidos e um prazo de 60 dias foi dado para seu término. O prazo findou em setembro e o trapiche ainda se encontra interditado.





Encontro Nacional de Experiências em Capacitação Jurídico Popular

Acesso à justiça entra na pauta das entidades

Com o tema “Formação Jurídico Popular e o Acesso à Justiça”, João Pessoa recebe nos dias 18 e 19 de novembro próximo o primeiro Encontro Nacional de Experiências em Capacitação Jurídico-Popular, que pretende reunir 60 representantes de entidades que trabalham nesta área. O evento está sendo aguardado desde o Encontro Regional, realizado ano passado, também em João Pessoa, e pretende

culminar em uma articulação nacional das entidades que fazem capacitação jurídico popular no Brasil.

Já estão confirmadas as presenças de representantes de entidades de São Paulo, Brasília, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco, além dos Juristas Populares formados pela Fundação Margarida Maria Alves e das Promotoras Legais do Centro da Mulher 8 de Março, ambos da Paraíba. O encontro vai acontecer no Anna Mar Hotel, em Tambaú.

Entre os painéis programados, uma das grandes expectativas é a apresentação do juiz pernambucano Eudes França, que vai fazer uma análise da conjuntura brasileira em relação ao acesso à Justiça. Logo após, está programado um debate com as entidades presentes, que vão discutir suas experiências de capacitação jurídico-popular dentro desta realidade. O encontro será encerrado com uma apresentação cultural.

Programação



Dia 18 de Novembro

8h - Painel: “A Democratização do Judiciário e o Acesso à Justiça - Análise de conjuntura com foco na justiça brasileira”

Convidado: Dr. Eudes França

14h - Debate: “A Formação Jurídico-Popular e o acesso à justiça”

Convidados: representantes da AGENDE, CFEMEA (), União de Mulheres (SP) e Advocacia Pública



Dia 19 de Novembro

8h - Debate: “Formação e Práticas Jurídico-Populares”

Convidados: AATR (BA), Promotoras Legais (PB), Fundação Margarida Maria Alves (PB), com presença de um Promotor Legal Popular, um Jurista Leigo e um Jurista Popular

14h - Painel: “A Proposta da Política Pública de Agentes Comunitários de Justiça”

Convidado: Themis (RS)

16h - Encaminhamentos: “A construção de uma articulação Nacional e do próximo Encontro Nacional”

17h - Atividade Cultural

Fundação lança Plano Trienal e Unesco aprova Curso de Juristas

O Projeto do Curso de Formação de Juristas Populares tem um novo parceiro: a Unesco, que junto com a Secretaria Nacional de Educação em Direitos Humanos, abriu edital público no início deste ano para contemplar iniciativas originais em educação em direitos humanos brasileiras. Depois de passar pela seleção de projetos, a Fundação Margarida Maria Alves foi a terceira colocada e já assinou o contrato. Os recursos já começam a contemplar o curso a partir de outubro, vão permitir, entre outras coisas, a compra de uma bibliografia atualizada que será de acesso para os cursistas e as entidades permanecem como parceiras da Fundação durante um ano.

Mesmo assim, a luta para que o trabalho de defesa dos direitos humanos realizado pela Fundação não pare continua a todo vapor. Ao longo de todo o primeiro semestre, a equipe técnica trabalhou na elaboração do novo Plano Trienal, intitulado “**Cidadania em Construção: Educação e Práticas Sociais em Direitos Humanos**”. O documento assume o desejo de não apenas dar continuidade a alguns projetos já iniciados, mas também de encarar

novos desafios, como o acompanhamento sistemático e concentrado de uma comunidade.

De acordo com a coordenadora de projetos da Fundação, Marcina Coelho, este é um momento decisivo para a entidade, já que uma de suas principais parceiras, a agência holandesa Cordaid, está retirando seus apoios às entidades brasileiras, um redirecionamento da ação. “Construímos uma história de sucesso, temos incontáveis resultados que comprovam isso e não podemos parar no meio do caminho”, avalia. A entidade está enviando seus projetos para financiadores públicos, privados e também para a Cooperação Internacional.

